



Deliberação n.º 14/CG/2015

Em conformidade com a alínea i) do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, homologados pelo Despacho Normativo n.º 18-A/2009, de 30 de Abril, publicado no Diário da República n.º 93, 2ª Série, de 14 de Maio, e alterados conforme Despacho Normativo n.º 23/2012, de 19 de outubro, publicado no Diário da República n.º 208, 2.ª Série, de 26 de outubro, o Conselho Geral, na reunião realizada em 28 de abril de 2015, deliberou, por unanimidade, aprovar a atualização das Regras Enquadradoras do Conselho de Ética e Deontologia, conforme se transcreve.

Sobre a composição

1. O CED é composto por 12 membros, em que se incluem pelo menos 8 personalidades internas e pelo menos 3 personalidades externas.
2. Os membros internos devem incluir pelo menos 2 estudantes, 2 colaboradores não docentes e não investigadores e 4 docentes ou investigadores.
3. As propostas de nomeação dos membros externos devem ter em conta o perfil das personalidades escolhidas, para que o CED inclua um jurista.
4. O presidente do CG nomeia para membros do CED personalidades que constem de propostas subscritas por, pelo menos, um terço dos membros do CG e que sejam as mais votadas de entre as que obtenham maioria absoluta.
5. Os mandatos dos membros do CED coincidem com o mandato do CG, excetuando o dos representantes dos estudantes que deverá ser de dois anos.
6. Os membros de órgãos de governo não podem ser membros do CED.
7. Os membros do CED elegem o presidente por votação e por maioria absoluta, escolhido de entre os seus membros externos.

Sobre o funcionamento

8. O CED deverá proactivamente consultar os órgãos da Universidade de Aveiro no sentido do levantamento das principais questões éticas e deontológicas sentidas pela comunidade académica.
9. Ao CED será proporcionado todo o apoio administrativo necessário ao bom desenvolvimento das suas atividades.
- 10 Os membros do CED elaboram e aprovam a proposta do seu regimento, a qual é submetida à apreciação do CG para homologação.
11. O presidente do CED deve apresentar no CG o relatório das atividades desenvolvidas em cada ano civil.
12. O CED emitirá pareceres em matérias de ética e deontologia atinentes à realização das atribuições da UA quando tal lhe for solicitado.
13. O CED pode propor, por iniciativa própria, a adoção de códigos de conduta.

14. O CED deve designar uma Comissão Permanente (CP) para os assuntos de investigação e para emitir pareceres urgentes sobre projetos de investigação.
15. O CED pode criar subcomissões para temas específicos.
16. O CED pode procurar apoio externo em matérias que considerar pertinentes.
17. Para emitir parecer urgente a CP poderá solicitar pareceres de investigadores da área científica a que se refere o projeto em causa, de unidades de investigação financiadas pela FCT ou laboratórios associados, da UA ou de outra instituição.
18. O CED deve reunir ordinariamente com periodicidade semestral, podendo haver lugar a reuniões extraordinárias convocadas pelo presidente com motivo justificado.
19. Das reuniões serão lavradas atas que serão discutidas e votadas nas sessões seguintes e arquivadas nos serviços de apoio ao Conselho Geral.
20. O presidente do CED, após a reunião e através de meios de divulgação eletrónicos da UA, publicita um comunicado contendo o objeto da reunião e as deliberações consideradas relevantes.
21. A alteração das regras enquadradoras implica a revisão do regimento do CED.

Sobre a exoneração:

22. Os membros do CED são exonerados pelo CG, por proposta fundamentada, subscrita por maioria absoluta dos membros do CED.
23. Os fundamentos para as propostas referidas no número anterior serão estabelecidos no regimento do CED.
24. O CG pode exonerar o CED caso considere que este se desviou da sua missão ou que pela sua ação prejudicou a UA.

Para que possa produzir efeitos imediatos, nos termos do artigo 27.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho Geral considera aprovada, em minuta, o teor desta Deliberação, referente ao Ponto Dez. Dois da Ordem de Trabalhos, da Reunião de 28 de abril, a qual, vai ser assinada, de harmonia com o n.º 6, do mesmo preceito legal, pelo Presidente e pela Secretária deste órgão.

Universidade de Aveiro, 28 de abril de 2015.

O Presidente do Conselho Geral,

Eduardo Marçal Grilo

A Secretária do Conselho Geral,

Elisabete F. Simões Vieira